

A METAMORFOSE: DE BÓIAS-FRIAS A ASSENTADOS

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador:
Prof. Wagner Roberto Amaral

Aos meus familiares, pelo apoio e paciência
no longo período em que foi
realizado este estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade deste estudo à Comissão Pastoral da Terra, que me indicou.

Aos companheiros e companheiras do MST de Mariluz, que me acolheram contribuindo para a realização da pesquisa dispondo do seu tempo e respondendo às entrevistas.

Aos amigos Wagner e Jelson e às amigas Marilza e Silvana, que dispuseram do seu tempo para as importantes orientações.

RESUMO

Esta monografia objetiva identificar os elementos e fatores que levaram os assalariados rurais “bóias-frias”, assentados no Assentamento Nossa Senhora Aparecida em Mariluz, norte do Paraná, a entrarem na luta pela terra, diante da existência de um enorme contingente de desempregados disputando vagas oferecidas pelas agroindústrias nos monocultivos por todo o país e apesar das precárias condições de trabalho e da superexploração. Trata-se de compreender quem é o assalariado rural no contexto da história, como ele se produziu no Brasil. Como é sua relação com a terra? Qual a história de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Quem a forjou? Que gentes são? Que identidades? Quais categorias de trabalhadores? Analisar o processo metamórfico vivido pelos trabalhadores, destacando-se os fatores e elementos de influência para o engajamento no MST, trabalhando os depoimentos, as manifestações, expectativas e realidades. Além de esclarecer se estes podem ser considerados camponeses. Com isso, compreender as questões que envolvem a vida e a realidade destes trabalhadores, principalmente no que se refere à decisão em torno da busca por melhores condições de vida na volta à terra, sabendo-se que entre estes trabalhadores existem contingentes com potencial de volta a terra. Entende-se que a conquista da terra pelos trabalhadores diminui o excesso de oferta da mão-de-obra assalariada rural, além de diminuir a concentração das terras, em consequência, diminuindo a exploração dos trabalhadores e todo grave problema social gerado nesse contexto. O processo metamórfico contribuiu nesse sentido.

Palavras-chave: Bóias-frias. Elementos. Fatores. Metamorfose.

RESUMEN

Esta monografía objetiva identificar los elementos y factores que llevaron los asalariados rurales boyas-frías, asentados en el Asentamiento Nosa Señora Aparecida en Mari luz, norte del Paraná, adentraren en la lucha pela tierra. Diantre de la existencia de un gran contingente de desempleados disputando vagas ofertadas por las agroindustrias en los monocultivos por todo el país. A pesar de las precarias condiciones de trabajo y a superexplotación. Entender ¿quién es el asalariado rural en el contexto de la historia? ¿Cómo él se produzco en el Brasil? ¿Cómo es su relación con la tierra? Haber sobre la historia de la lucha del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. ¿Quién inventó? ¿Qué personas son? ¿Qué identidades? ¿Cuáles categorías de trabajadores? Analizar el proceso de modificación vivido por los trabajadores. Destacando los factores y elementos de influencia para el encajamiento en el MST, trabajando las informaciones verbales, las manifestaciones, expectativas y realidades. Además de, esclarecer se estos pueden ser considerables campiñeses. Con esto, comprender las cuestiones que envuelven la vida y la realidad de estos trabajadores principalmente lo que se refiere la decisión en torno de la busca por mejores condiciones de vida en la volta la tierra. Sabiéndose que entre estos trabajadores existen contingentes con potencial de la volta la tierra. Entienden que, la conquista de la tierra por los trabajadores diminuí el exceso de oferta de la mano de obra asalariada rural, además de disminuir la concentración de las tierras, en consecuencia, diminuyendo la exploración de los trabajadores y todo grave problema social generado en este contexto. El proceso de la mudanza contribuí en este sentido.

Palabras-llave: Boyas-frías. Elementos. Factores. Mudanza.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	7
2 - CAPÍTULO I: ASSALARIADO RURAL BÓIA-FRIA “sem terra”.....	12
3 - CAPÍTULO II: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS “Sem Terra”	26
4 - CAPÍTULO III: PROCESSO METAMÓRFICO “fatores e elementos”.....	38
4.1 - De bóias-frias a acampados.....	39
4.2 - De acampados a assentados.....	43
4.2 - A experiência como assentados.....	44
4.3 - Mecanização fator detonador da crise.....	52
5 - A MORFOSE NÃO ATINGIU A META.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

*Foi em primeiro de março
A história que eu vou contar
Sem terra foram chegando
Para em Mariluz ficar
Trouxeram muita coragem
A bagagem para acampar
Em uma noite serena
Nova Cantu com Ibema
Na luta se conciliar*

Ângelo Quintanilha

Nos trabalhos junto aos assalariados rurais bóias-frias, diante da existência de um enorme contingente de desempregados disputando vagas oferecidas pelas agroindústrias nos monocultivos por todo o país, apesar das precárias condições de trabalho e da superexploração, na busca por melhor intervenção dos agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em seus trabalhos de apoio a organização desta categoria de trabalhadores e tendo como referência os estudos realizados pelo pesquisador ligado aos trabalhos da CPT, Broietti (2003, p.104) questiona: “Os bóias-frias lutam por terra ou por direitos trabalhistas?” Em sua pesquisa de campo realizada com trabalhadores bóias-frias do corte da cana-de-açúcar, no município de Florestópolis, norte paranaense Broietti (2003, p. 104), diz: “Quando questionados sobre a terra, de 50 apenas 2 trabalhadores demonstraram interesse em voltar para a roça”. Preocupação maior foi que Broietti (2000, p. 105) afirma: “Assim, a luta por direitos trabalhistas deveria ser uma prioridade, mas não é. A falta de mobilização desses trabalhadores bóias-frias os deixa fragilizados frente à empresa capitalista.” Diante disso, sabendo-se que entre eles existem contingentes com potencial de volta para terra, sentimos a necessidade de melhor compreender as questões que envolvem a vida e a realidade destes trabalhadores, principalmente no que se refere à decisão em torno da busca por melhores condições de vida na volta para a terra. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral identificar quais elementos e fatores levaram os assalariados rurais (bóias-frias), atualmente assentados no

Assentamento Nossa Senhora Aparecida, em Mariluz, noroeste do Paraná, a entrarem na luta pela posse da terra; assim como também compreender quais os reais motivos que provocaram estes trabalhadores a buscarem este caminho. Como objetivos específicos: compreender quem é o assalariado rural no contexto da história, como ele se produziu no Brasil; saber sobre a história de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, quem a forjou? E quem são os seus integrantes? Analisar os elementos e fatores que contribuíram na decisão do assalariado rural em participar do movimento de luta pela terra. Além de buscar uma melhor compreensão se eles podem ser considerados camponeses.

Para compreender a dinâmica existente no processo metamórfico dos trabalhadores que passaram da condição de assalariados rurais bóias-frias para a condição de assentados, foram entrevistados quatro moradores do assentamento Nossa Senhora Aparecida em Mariluz, noroeste do Paraná, dois do sexo feminino e dois do sexo masculino. Segundo Minayo (1994, p. 43), “a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade.” Uma pergunta importante neste item é: quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado? Nestes sujeitos foram encontradas as características vivenciais necessárias que permitiram a investigação do problema da pesquisa, são pessoas que foram assalariadas rurais (bóias-frias) e que deixaram essa condição para entrarem na luta pela terra. Alguns elementos da sua história eram conhecidos pela pesquisadora, a qual acompanhou o grupo por um tempo, quando ainda estavam acampados. Esse fato ajudou na execução do levantamento dos dados, pois na pesquisa qualitativa, é necessária uma interação, um maior entrosamento entre os sujeitos participantes da pesquisa que, com suas experiências, ajudam a tecer o processo de construção e superação dos problemas investigados. Percebemos durante o processo das entrevistas que as respostas começavam a se repetir; conversando informalmente com outros assentados, as trajetórias não eram muito diferentes.

A pesquisa de campo foi feita através de entrevista semi-estruturada, levantando os elementos que motivaram os trabalhadores assalariados rurais a se inserirem na luta pela terra. Preparamos questões com antecedência para conduzir e explorar os pontos mais importantes e “abranger a totalidade do problema

investigado em suas múltiplas dimensões.” (MINAYO, 1994, p. 43 apud MINAYO, 1992).

Para conseguir as informações, além das fontes secundárias, foram usadas fontes primárias que permitiram acrescentar elementos para a investigação. A bibliografia levantada que ajudou na interpretação do problema da pesquisa foi sobre os trabalhadores assalariados rurais (bóias-frias), o campesinato, os movimentos sociais do campo, a reforma agrária. Foram livros, revistas jornais e outras fontes.

O referencial teórico foi escolhido numa perspectiva marxista dialética, considerando que a questão a ser estudada é relacionada ao mundo do trabalho e a luta de classes, sendo assim, foi a mais adequada para fazer o diálogo com os dados que foram levantados na pesquisa.

No dia 4 de abril de 2007 fiz uma reunião com quatro lideranças do Assentamento e com duas professoras de Umuarama que fazem trabalho junto aos assentados em Mariluz, sendo uma delas agente da Comissão Pastoral da Terra. Esta reunião foi realizada em Umuarama, a 50 km de Mariluz, na sede a APP Sindicato, com o objetivo de esclarecer e detalhar a pesquisa, sendo que já havia conversado com um deles por telefone, quando se dispuseram a ajudar, reconhecendo a importância da pesquisa para os trabalhos do Movimento e das organizações que lutam pela terra e para os assentados do Assentamento Nossa Senhora Aparecida. Na conversa, após ter explicado o objetivo e objeto, discutindo as reais possibilidades da realização da pesquisa no Assentamento, surgiu a idéia de ser no Acampamento que estava sendo montado no município de Cruzeiro do Oeste, próximo a Umuarama, coordenado pelos integrantes do Assentamento Nossa Senhora Aparecida. Naquele momento tinha lá 200 famílias acampadas, sendo 90% assalariados rurais bóias-frias da região, alguns do corte da cana, parte deles paraguaios ou brasiguaios, que anos atrás emigraram do Brasil para o Paraguai em busca de trabalho e ficaram por lá trabalhando como diaristas na limpeza das lavouras de soja, milho e algodão; tiveram seus filhos, e hoje estão retornando devido à escassez de trabalho provocada pela modernização da agricultura com o uso de máquinas e tecnologias que vêm diminuindo a oferta de trabalho.

Ao contrário do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, a idéia de realizar a pesquisa no Acampamento tinha a vantagem de ser bem mais próximo da residência da pesquisadora e ser de fácil acesso, onde os sujeitos de rica trajetória de vida na condição de assalariados rurais bóias-frias e-ou diaristas da roça também estavam presentes; mas na conversa o grupo demonstrou interesse em que fosse mesmo no Assentamento, ressaltando a importância da participação dos sujeitos assentados que já possuem uma reflexão maior sobre esse processo, pois estão a doze anos na luta, já estão fazendo a experiência de se manter na terra, de viver no coletivo e saborear todas as conquistas, e apesar das dificuldades e problemas que ainda enfrentam, continuam lutando. Mesmo sabendo que iria enfrentar mais dificuldades na realização da pesquisa, essa foi a melhor decisão pelo fato de envolver as lideranças do Movimento e as professoras, pois ajudariam a envolver os demais integrantes do Assentamento com o perfil que precisava e, ao mesmo tempo, colaborar com a reflexão sobre o Movimento ao fazer a pesquisa de campo. No Acampamento poderia haver risco de algum dos entrevistados abandonarem ou o próprio Acampamento ser desfeito ou transferido para lugar mais distante e inviabilizar a pesquisa, o que de fato ocorreu. O envolvimento das professoras também seria interessante, pois elas estavam trabalhando junto com os integrantes do Assentamento o projeto de uma biblioteca que inclui levantamento e registro da história do Assentamento, e a pesquisa poderia contribuir também para esse projeto.

Em reunião com as lideranças dos setores do Assentamento foram levantadas informações sobre as famílias assentadas, escolhendo as pessoas com os critérios necessários para as entrevistas.

Os três capítulos foram escritos dialogando com os trabalhadores através de trechos das entrevistas e com os autores (as) escolhidos para a fundamentação teórica. Nos dois primeiros capítulos o foco maior foi na identidade dos sujeitos participantes da pesquisa; no terceiro capítulo nos detivemos no processo metamórfico percorrido por eles.

O primeiro capítulo trata sobre o assalariado rural bóia-fria, seguindo o norte indicado pelas seguintes questões: quem são os sujeitos: ex-assalariados rurais bóias-frias atualmente assentados no Assentamento Nossa Senhora Aparecida em Mariluz, noroeste do Paraná? Como se formou essa categoria no Brasil? Quem são

os assalariados rurais bóias-frias ou trabalhadores “sem terra” no Brasil? Como é sua relação com a terra? Como ocorreu o ingresso no MST? Será que eles podem ser considerados camponeses?

No segundo capítulo o foco foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesse também tentamos responder algumas questões referentes à identidade destes trabalhadores: que gentes são os trabalhadores assentados no Assentamento Nossa Senhora Aparecida, em Mariluz, noroeste do Paraná? Que identidades têm os “Sem Terra”? Quem os inventou, forjou? Quais categorias de trabalhadores? Histórico de luta, princípios? Podem-se ser considerados camponeses?

No terceiro capítulo nos detivemos na metamorfose, detalhando o processo metamórfico vivido pelos trabalhadores, destacando os fatores e elementos de influência para o engajamento no MST e trabalhando os depoimentos, as manifestações, expectativas e realidades.

Dialogamos com vários autores (as) que em suas obras trouxeram importantes contribuições e sem os quais não teria sido possível dar conta desta tarefa. Freire (1987, p.40) afirma: “Num pensar dialético, ação e mundo, mundo e ação estão intimamente solidários. Mas a ação só é humana quando, mais que um puro fazer, é um quefazer, isto é, quando também não se dicotomiza da reflexão”.

Enfatizamos que a bibliografia encontrada, referente aos trabalhadores assalariados rurais bóias-frias, foi pouca, comparada à dimensão dos problemas enfrentados por estes trabalhadores nas últimas décadas na conjuntura brasileira, consequência do “[...] êxodo criminoso que ocorreu no Brasil a partir da década de 60”. (BOGO, 2000, p.16), que continua provocando graves problemas sociais, enfrentados principalmente por esta categoria de trabalhadores.

CAPITULO I

ASSALARIADO RURAL BÓIA-FRIA “sem terra”

*Fomos bem recebidos
Pelo povo do lugar
Convidamos a região
Para a luta enfrentar
Estas terras abandonadas
Nós queremos conquistar
Por estas terras sem fim
O que se vê é só capim
Nós queremos cultivar.*

Ângelo Quintanilha

Os assalariados rurais “sem terra” entrevistados para esta pesquisa estão entre os membros das 235 famílias hoje assentadas no Assentamento Nossa Senhora Aparecida, em Mariluz, norte do Paraná; 90% trabalhavam como bóias-frias, parte era proveniente do Paraguai, região de fronteira com o Brasil, onde trabalhavam na diária da limpa das lavouras de soja e milho, alguns arrendavam terras para plantio de diversas culturas; parte era oriunda da própria região norte/noroeste do Paraná, especialmente dos municípios de Nova Cantu, Goioerê, Mamborê e Ibema, trabalhadores (as) diaristas da limpa das lavouras de soja, milho e colheita de algodão, algumas destas famílias também trabalhavam como arrendatários ou parceiros. *“A gente plantava um pedacinho pra lá e pra cá, a família era grande, se fosse, só trabalhar de bóia-fria, o que ganha de dia come de tarde.”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *“Era assim, todo o ano a gente trocando, tinha que ir, se não era num sítio era em outro, trabalhando na terra dos outros.”* (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

A esse respeito, D'incao (1976, p.122) afirma:

O parceiro é assalariado disfarçado, contratado sempre “a meia”, em razão de receber a terra preparada, sementes e inseticidas, é

explorado, faz sempre apenas para sobreviver. A parceria aparece exatamente como um meio do empregador furtar-se aos compromissos trabalhistas, tendo a possibilidade de contar com mão-de-obra fixa muito mais barata do que seria o assalariado rural.

Quando foi para definir quem seriam os trabalhadores com os critérios necessários para a pesquisa, decidimos que deveriam ter sido bóias-frias antes da entrada na luta pela terra. Houve dificuldade porque a compreensão do que seria bóia-fria era bem clara entre as lideranças que estavam ajudando no processo; a princípio disseram não haver muitos membros do assentamento com esse perfil, mas depois que explicamos melhor, o número ampliou. Baseado em estudiosos desse assunto, Broietti (2003, p.31) afirma que: “Os termos usados mais freqüentemente são: volantes, bóias-frias, biolos, paus-de-arara, clandestinos, queima-latas. Na maioria dos trabalhos científicos, recebem a denominação de volantes ou bóias-frias”.

D'incao (1976, p. 110) coloca:

A principal característica desta categoria de trabalhador não é a refeição ingerida fria, e sim a forma pela qual se realiza a contratação. O bóia-fria é contratado para desempenhar determinada tarefa, num curto espaço de tempo e sem qualquer vínculo de natureza trabalhista com o empregador.

“Eu morava na cidade, quando surgia o serviço era avisado e o caminhão já vinham pegar, a gente ia em cima de caminhão, era contratação diária, sem carteira assinada.” (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) Entretanto, estes termos ainda são usados referentes aos trabalhadores rurais temporários e sazonais do corte da cana-de-açúcar e demais culturas; mesmo quando possuem vínculo trabalhista, o vínculo também é por tempo determinado, geralmente pelo período da safra, o ganho por produção legitima uma forma de controle e de exploração desses trabalhadores, que não conseguem controlar seu rendimento diário por não compreenderem o cálculo feito pelos empresários para o pagamento de seus salários. Novaes (2007, p. 101) ressalta que “os cálculos são

complexos por relacionar tipo de cana, pesagem e metragem da cana cortada. Eles não têm afinidade com esses cálculos, sempre trabalharam na terra, onde o cálculo econômico da produção do roçado é regido por outra lógica". A intensificação da exploração do trabalho assalariado rural se apresenta pela forma de contratação que hoje pode ser definida pela superexploração, que chega a levá-los à morte por exaustão. Deve-se ficar atento com os artifícios usados pelo capital para explorar o trabalhador, extraindo dele a mais-valia; podem estar apoiados pelas próprias leis que deveriam beneficiá-los, forma pela qual se legitima a exploração.

Broietti (2003, p.27 apud Gancho, 1991, p.7) fala da controvérsia a respeito do surgimento do bóia-fria. Ele mostra duas concepções de classes distintas, uma definida por quem defende os donos dos meios de produção e outra pelos que olham pela ótica dos que vendem a força de trabalho. Na primeira, diz ser "[...] o estatuto do trabalhador rural, que regulamentou os direitos dos trabalhadores rurais na década de 60, oriando indiretamente o trabalhador volante, bóia-fria." Na segunda, Broietti (2003, p.27 apud Veiga, 1986, p.19-20) diz ser,

com a publicação da carta magna de 1946, constava pela primeira vez, que a lei poderia '[...] promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos. ' Naquele momento já existia um grande contingente de mão-de-obra não absorvida no país, existindo um '[...] considerável número de lavradores sem terra que não conseguiam encontrar se quer a oportunidade de vender sua força de trabalho de forma permanente. Datam desse período os primeiros contingentes dos hoje chamados bóias-frias.

Sabemos que o número de trabalhadores sem vínculo trabalhista continua muito grande, no entanto, os que possuem vínculo temporário não conseguem garantir vida digna para suas famílias. É a acumulação e a exploração gerada pela relação desigual entre quem vende e quem compra a força de trabalho, disfarçada de "igual e livre", que desencadeia o surgimento, a permanência e o aumento do número de bóias-frias. Görgen (2004, p.21) lembra: "Libertaram os escravos, mas escravizaram a terra. Sem acesso à terra, os negros viram a escravidão mudar de forma, mas a sina da miséria e da exclusão perpetua-se no tempo".

Guzmán (2005, P. 50) diz:

Esse processo acumulativo das forças produtivas no decorrer da história muda as formas de exploração. A escravidão é a primeira forma de exploração, a forma própria do mundo antigo; e sucedida pela servidão, na idade média, e pelo trabalho assalariado nos tempos modernos.

Hoje os trabalhadores bóias-frias são descendentes de migrantes europeus, “afro-descendentes”, indígenas e caboclos; segundo Carvalho (2005, p.70): “A palavra caboclo é de origem Tupi e designa o filho de indígena com branco europeu”. Expulso do campo com o processo do êxodo rural, vindos de diversas partes do Paraná, além de filhos de migrantes vindos de todo o país principalmente do nordeste pela mesma razão. Segundo dados do setor Migrantes Temporário/Sazonais, mais da metade da população de muitos municípios do norte paranaense se tornaram bóias-frias nas décadas de 50 e 60.

Broietti (2003, P. 26 apud MARTINS, 1983, p.52) enfatiza que:

Uma massa crescente de camponeses, isto é, de lavradores autônomos cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no de sua família, estaria sendo expulsa da terra, expropriada; de outro lado em consequência, essa massa de lavradores estaria se transformando em massa de proletários rurais, de trabalhadores sem terra.

Como já dissemos, os trabalhadores estão se deslocando continuamente em busca da sobrevivência e melhores condições de vida para suas famílias: “*Tinha que ir, se não era num sítio era no outro, era difícil estar mudando direto, eu não gostava se tinha que fazer uma mudança eu já ficava nervosa, perdia muita coisa com esse negócio de ficar mudando.*” (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) “*É um dia estar trabalhando ali, no outro ir pra outro lugar onde dava mais dinheiro.*” (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

Foi a partir de 1960 que a migração no interior do Brasil foi se avolumando cada vez mais, decorrente do êxodo rural. D’Incao (1976, p.148) registra que “os censos de 1950 e 1960 mostram essa tendência ao aumento do número de empregados temporários na economia rural brasileira.” Ela acontece tanto ao nível local como regional e nacional. Broietti (2003, p.17) completa dizendo que “a modernização e industrialização da agricultura, conjuntamente, com o contínuo

processo de concentração fundiária liberou ('expulsou') um grande contingente de trabalhadores do campo para a cidade." Os bóias-frias são estes trabalhadores, homens e mulheres, famílias inteiras que migram de um lado para o outro pelo Brasil afora; segundo Novais (2007, p. 94): "Encontramos grande diversidade de situações, como mulheres que acompanham os maridos com os filhos, outras cujos filhos ficam com os parentes, e, ainda, situações em que o trabalhador antecipa o casamento para trazer a mulher".

D'incao (1976, p.148) afirma:

A ampliação das relações capitalistas de produção no meio rural, pela expansão da agricultura comercial, às expensas da agricultura de subsistência, se faz acompanhada, de um lado, da concentração da propriedade fundiária e, de outro, da substituição dos sistemas de exploração das forças de trabalho com remuneração total ou parcialmente (arrendamento, parceria ou agregados), pelo sistema de remuneração monetária. Na medida em que o referido processo se faz acompanhado da expulsão de uma considerável parcela da população do meio rural, e em que o desenvolvimento industrial do país se fez de modo a não ampliar as condições de um excedente de oferta de trabalho nas cidades tende a produzir, em escala crescente, o trabalhador rural volante.

"Quando morava na cidade era penoso, aí a gente foi pro sítio, lá ia trabalhando pra um e pra outro, só saímos desse negócio de migalha de terra dos outros quando entramos no assentamento." (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007). Estes trabalhadores se deslocam em busca de trabalho, como ilustra a fala dos trabalhadores (as) nas entrevistas: *"A gente trabalhava de tudo um pouco, na carpa de milho, arranque de feijão, era tudo, o serviço que aparecia a gente pegava."* (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007). *"Trabalhava na diária na limpa da soja, colheita de algodão."* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007)

São parte de uma realidade nacional. Pelo Brasil inteiro andam em busca de trabalho: para a colheita de café, no Oeste e Sul de Minas Gerais; no Estado de São Paulo, para a colheita do café, da laranja e da cana-de-açúcar. Nas décadas de 1950 e 1960, eram baianos, mineiros e paranaenses; mais recentemente, são maranhenses e piauienses no Mato Grosso do Sul na colheita de sementes do

capim e no preparo da terra do cerrado para a agricultura e, bem recentemente, para o corte da cana-de-açúcar, que está em pleno avanço, principalmente na região do pantanal; estão no Paraguai para trabalhar na limpa e colheita da soja e algodão; no Paraná, para a colheita de café, vinham pessoas de todo o Nordeste, além de mineiros e paulistas; hoje são os alagoanos, pernambucanos, paraibanos, baianos e mineiros que vêm em busca de trabalho nos canaviais; isso sem contar a grande leva de trabalhadores que migram para as regiões de cultivo de eucalipto e pinus para o Sul da Bahia, Espírito Santo, e todo o Sul do país. Deve-se destacar a origem e destino da migração para as lavouras de cana-de-açúcar que, nos últimos anos, tem se tornado, entre as monoculturas, a que mais vem se destacando pela expansão, devido à demanda pela produção de etanol. Entre os locais de origem dos trabalhadores estão o Norte, Nordeste de Minas Gerais, o Sul e Sudeste da Bahia, as regiões agreste e sertaneja dos demais Estados nordestinos. Já para os locais de destino está, em primeiro lugar, a região canavieira do Estado de São Paulo, seguida pelo Norte do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, parte de Goiás, Sul de Minas Gerais, zona da mata nordestina e agora, muito recentemente, especialmente a partir de 2006, para a região amazônica.

Novais (2007, p.94) aponta:

As mudanças no padrão tecnológico ocorridas nos últimos anos na lavoura canavieira contribuíram para modificar as dinâmicas das migrações sazonais, das idas e vindas anuais dos trabalhadores para a safra de cana. Nos últimos anos, os trabalhadores têm ficado mais tempo na região de destino, de dois a três anos.

Um vai-e-vem sem controle, difícil de ser compreendido em toda sua extensão. O que se coloca aqui é só uma amostra desse movimento que muda de rota conforme os desmandos dos detentores do poder guiados pelas demandas do mercado nacional e, principalmente, internacional. Os motivos da migração estão diretamente ligados à necessidade imediata pela sobrevivência, à *falta de terra para plantar*: “Trabalhar de bóia- fria não era fácil pra gente, mas a gente se obrigava, tinha que trabalhar! Não tinha uma terra da gente mesmo.” (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) Além da falta de terra, a concentração das terras desaloja os trabalhadores pela falta de oferta de empregos. Carvalho (2007 p. 01)

acrescenta: “Esse modelo econômico conservador e dependente, para o campo no Brasil conduz inevitavelmente a uma concentração da terra, a desagregação da economia camponesa e ao aumento da exploração da força de trabalho assalariada rural.” Essa migração atinge em maior ou menor grau algumas regiões do país, seja pelo tipo de produção desenvolvida nessas regiões, seja pelas tecnologias usadas para desenvolver tais atividades. A esse respeito, Bogo (2000, p.15) apresenta o seguinte questionamento: “Esse corpo esquelético e refugado migra em busca do que fazer, empurrado mais pelos conselhos que pela determinação, poderá recompor e reiniciar a produção da existência com raízes culturais sólidas?”

A superexploração e o individualismo gerados pela competitividade vão piorando cada vez mais a situação dos trabalhadores: *“Trabalhar de bóia-fria é um sofrimento, tem que se virar por conta aí, vai se lascando.”* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007)

Outro fator é não ter casa própria: *“A gente tinha dificuldade até pra sustentar os filhos estudando. Viviam em casa alugada, de repente o dono fala que o aluguel vai subir ou que vai vender a casa, vai procurar outra e tem que pagar um mês adiantado e você não tem o dinheiro...”* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) *“Quando trabalhava de bóia-fria, pra começar morava em casa alugada, e se vencesse um mês de aluguel e não pagasse, já tinha que sair e desocupar a casa.”* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) O sonho da casa própria é grande entre os trabalhadores, que, alimentados por esse sonho, saem em busca de melhores salários para terras muitas vezes distantes.

Há baixa escolaridade: *“Não tenho estudo quase nenhum, tirei o primeiro ano na marra, posso me contar analfabeto.”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) O João é o único entrevistado que chegou estudar um pouco, pois os outros nem chegaram ir para a escola; quando entrevistados, todos lamentaram muito não terem tido a oportunidade de estudar, se remetendo ao pai que não deixou estudar para ajudarem na roça; além disso, no caso das mulheres, o pai proibia o estudo para que não aprendessem escrever bilhete para namorado. A baixa escolaridade é uma situação que atualmente ainda atinge a maioria dos assalariados rurais bóias-frias.

Mais um fator é a necessidade de sustentar a família: *“Só dava pra comer, pra vestir tinha que controlar muito, a família é grande, o que ganha de dia come de tarde, o pobre quando mora na cidade é penoso.”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007)

Novaes (2007, p.12) chama atenção:

O depoimento de uma migrante maranhense que se encontrando em Guariba, São Paulo, com dois filhos pequenos, diz que gostaria de permanecer ali, porque no corte da cana existiam melhores perspectivas de vida, argumentou que ali não se passava fome, por causa da existência de trabalho nos canaviais. Na sua terra natal a falta de trabalho leva a fome, a perda da dignidade. São trabalhadores que cruzam o país, numa viagem de mais de 3.000 quilômetros em busca de melhores condições de vida em um cenário marcado por notícias de mortes de trabalhadores no eito da cana provocadas por acidentes e por excesso de trabalho.

Para D'Incao (1976, p.87), “a presença do bóia-fria, enquanto componente das fileiras dos ofertantes de força de trabalho e membro da superpopulação relativa é afirmadora do sistema.” Ela afirma com isso que a falta de emprego, ou seja, a presença de desempregados ou trabalhando parcialmente atende aos requisitos de acumulação do capital na economia rural; esse é o jogo perverso do capitalismo no qual a acumulação gera cada vez maior contraste entre os que têm de sobra e os que nada têm, tendo como aliados os próprios explorados por esse sistema.

D'Incao (1976, p.116) diz ser

O próprio processo acumulativo através do aumento da produtividade que promove a liberação de mão-de-obra do processo produtivo, esta liberação resulta o aumento da oferta de força de trabalho em relação à demanda, fazendo cair os salários para o mínimo fisiológico e social necessário à existência dos trabalhadores ou até mesmo abaixo do mínimo.

Nas falas dos trabalhadores entrevistados aparece como sentiam no dia-a-dia o resultado deste processo. Para eles, ser bóia-fria é:

“É trabalhar e chegar ao final do mês não ter dinheiro nem pra um pacote de arroz.” “Ter dificuldade até pra sustentar os filhos estudando (...). Trabalhar e saber

que é só pra comer.” (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) “É ganha cedo pra comer a noite (...) só dava pra comer, pra vestir tinha que controlar muito, só controlava porque a gente plantava um pedacinho pra cá e pra lá, se fosse só trabalhar de bóia-fria o que ganha de dia come de tarde”. (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007)

Além disso, nesse processo de acumulação do capital, o trabalho manual foi gradativamente sendo substituído pela utilização de máquinas e novas tecnologias, constituindo-se mais um fator para a diminuição da oferta de trabalho e influenciando na precarização do trabalho no meio rural. *“Trabalhava na diária da limpa da soja e algodão, depois foi acabando, foram chegando às máquinas de colher algodão e aí o serviço que tinha pra nós acabou.” (Antonio, trabalhador entrevistado em, 23.05.2007)*

Broietti (2003, p.75) coloca que: “Os bóias-frias colhem em torno de 6 ou 7 arrobas de algodão por dia. Quando o trabalho é executado pelas máquinas de colher algodão, mesmo de modelo antigo, ocorre a substituição de aproximadamente o serviço de 80 homens.” Na pesquisa realizada por Broietti referenciada acima, coincidentemente os dados foram levantados na mesma época em que os trabalhadores assentados em Mariluz, noroeste do Paraná, relatam a diminuição de trabalho na colheita do algodão em municípios localizados em outra região do mesmo Estado. Na mesma pesquisa, analisando dados do município de Florestópolis, norte do Paraná, Broietti (2003, p.74) conclui que: “Num período de dez anos, o número de tratores cresceu 129,31%, e o número de habitantes no campo diminuiu 21,18%, além disso, os tratores aumentaram sua potência e a capacidade de executar serviços”.

Esses dados são importantes para pensarmos no processo de mecanização mais recente, referente à agroindústria canavieira, que absorve grande número de trabalhadores assalariados rurais bóias-frias em todo o Brasil. Sabemos que o corte manual ainda é mais oneroso que o corte mecanizado, devido à superexploração dos trabalhadores, que, na década de 80, cortavam em média 6 toneladas de cana por dia e hoje, na maioria das usinas, a média é de 12 a 15 toneladas. Mas o processo de mecanização está ocorrendo, a exemplo, de usinas do Estado de São Paulo.

Novais (2007, p.95) apresenta:

A Usina São Martinho, que empregou o sistema mecanizado em 90% da cana colhida em 2005 e a Usina Santa Cruz, onde o corte mecanizado correspondeu a 52% na safra 2006. Para a safra de 2007, segundo técnicos entrevistados, a Usina Santa Cruz pretende ampliar o corte mecanizado para 72% da área de cana. Essa ampliação fechará 640 postos de trabalho.

Diante desse contexto, os bóias-frias, na maioria das vezes, se calam. D'Incao (1976, p. 118) diz que: "A totalidade destes trabalhadores tem plena consciência de que está sendo lesada nos seus direitos", mas eles permanecem na exploração com medo de perder o trabalho: *"Dormir com a preocupação de levantar quatro horas da manhã, ainda estar escuro e já estar indo com o facão na mochila pra não perder o caminhão com a preocupação de chegar tarde e o patrão dar a conta."* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) Entretanto, algumas raras vezes, lutam por seus direitos quando a exploração exacerbada leva um grupo à indignação, como ocorreu na greve de Guariba, São Paulo, em 1984. Sader (1987, p. 67 apud D'Incao, 1985) diz que "o elemento detonador do movimento de Guariba foi a proposta dos usineiros da região de mudar o sistema de 5 para 7 ruas ou fileiras de cana por trabalhador, mudança que implicaria num esforço físico adicional para os trabalhadores." Mas, segundo Broietti (2003 P.104 apud D'INCAO, 1984, P. 38) "ele está lutando pelo direito à sobrevivência. A forma específica através da qual essa demanda se expressa é que tem sido direcionada, ora pela luta pela terra, ora pela luta por melhores condições de trabalho". Os trabalhadores assalariados rurais bóias-frias, hoje assentados no Assentamento Nossa Senhora Aparecida, em Mariluz, reagiram a essas condições de trabalho impostas pelo capitalismo entrando na luta pela terra.

D'Incao, ao se referir à greve de Guariba, fala em *elemento detonador* da greve; a palavra "*elemento*" indica algo que entra na composição de alguma coisa ou substâncias consideradas como forças da natureza ou à própria natureza; não sei se é instinto ou privilégio do ser humano dotado de inteligência, mas é da natureza humana indignar-se diante de situações de violência e injustiça. A "*indignação*" pode

produzir um movimento de reação que leva a uma ação contrária na tentativa de reversão de tal situação. Certamente muitos elementos foram se somando no processo vivido por estas pessoas no decorrer de sua existência, relacionados aos vários aspectos que envolvem as relações individuais e coletivas, aspectos sociais econômicos, culturais, religiosos, políticos..., até chegar ao elemento detonador, aquele que se evidencia externando a situação. No caso dos trabalhadores entrevistados, também foram vários elementos que se somaram, os quais serão analisados num capítulo a parte, mas além da indignação, outro elemento se destaca no processo de entrada na luta pela terra: *a identificação com o trabalho na terra*, por serem originários de famílias vindas do trabalho na roça. É um elemento, porque age de maneira natural, demonstrada pelo desejo, nesse caso, em possuir terra: *“A gente pensava em ter terra, mas não tinha como, trabalhando braçal na diária já se sabe que nunca vai chegar à altura de conseguir um pedaço de terra.”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *“Conquistar um pedaço de chão, esse era o meu sonho de ter onde morar e acabar de criar os meus filhos.”* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) Esse desejo levou a uma reflexão e uma ação: *“No começo eu não queria ir, eu não gostava, não sei, eu tinha medo! Parece assim como hoje em dia tem muitos que tem medo dos Sem Terra, bem assim eu era, fui um dia e fiquei lá também.”* (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) Esta ação levou à constatação: *“A melhor coisa que tem é lutar pelo que é seu, a terra Deus deixou pra cada um de nós, basta ter coragem de lutar por seu pedaço de terra, só que antes a gente não pensava que era assim, mais é assim, hoje eu acredito que a luta é esta.”* (Maria, trabalhadora, entrevistada em 23.05.2007) O resultado é a experiência da conquista do direito ou do sonho: *“Eu tô no paraíso, tô muito feliz, é o sonho! Às vezes fico pensando, meu Deus, será que isto é verdade? Que isso é meu, esse terreno coisa mais linda!”* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

Apesar dos dois elementos descritos acima, a *indignação e a identidade com a terra*, a entrada na luta pela terra pelos trabalhadores assalariados rurais bóias-frias hoje assentados em Mariluz precisou de *fatores* para acontecer. “Fator” é o que contribui para um resultado, “a última gota que faltava” ou o “detonador” da indignação. No caso dos bóias-frias de Guariba citado acima, o *fator* principal foi a

proposta dos usineiros em aumentar de 5 para 7 ruas de cana por cortador, levando a uma reação imediata de um grupo de trabalhadores.

Com os trabalhadores entrevistados na presente pesquisa foram dois os principais fatores que mais se destacaram externamente: o primeiro a *escassez de trabalho* na região devido à mecanização da agricultura: *“Trabalhava na diária da limpa da soja e algodão, depois foi acabando, foram chegando às máquinas de colher algodão e aí o serviço que tinha pra nós acabou.”* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) O segundo fator foi a *presença do MST* na região.

O que influenciou nossa entrada no Movimento Sem Terra foi a falta de terra, nós vivíamos trabalhando no que era dos outros, vivíamos rolando pelas pirambeiras arando terra dos outros, aí como surgiu o Movimento Sem Terra e tinha o acampamento, isso influenciou nossa entrada pra conseguir um pedaço de terra.” (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007)

Referente à questão se os trabalhadores assentados no Assentamento Nossa Senhora Aparecida, em Mariluz, noroeste do Paraná, podem ser considerados camponeses, percebemos nessa pesquisa a possibilidade de análise na sua relação com a terra a partir dos elementos existentes no processo de suas trajetórias de vida em duas situações: a primeira em sua condição de assalariados rurais bóias-frias, e a segunda em suas experiências vividas como acampados e assentados. Nesse capítulo só trataremos da primeira situação. Vimos algumas falas dos trabalhadores entrevistados, sobre como era a vida de bóia-fria. Na relação com a terra, não era das mais agradáveis, pois o *sofrimento e a dificuldade*, repetidas por eles inúmeras vezes, permeava esse cotidiano: *“Como bóia-fria eu trabalhava dia-a-dia embaixo de chuva ou de sol pra ter o ganhar pão.”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *“A gente pensava em ter terra, mas não tinha como, trabalhando braçal na diária já se sabe que nunca vai chegar à altura de conseguir um pedaço de terra, nem uma data o cara não consegue comprar.”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) Estes trabalhadores, enquanto assalariados rurais bóias-frias *“sem terra”* e, portanto, desprovidos dos meios de produção, não podem ser considerados camponeses; entretanto, há características como os laços familiares e a ligação com a terra que os identifica como

camponeses. Eles mesmos disseram: *“A gente não se manda quando depende de ser bóia-fria.”* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) Apesar do desejo por ter sua própria terra, já descrito acima, o que realmente define que sejam camponeses é a posse e o controle dos meios de produção. Segundo Broietti (2003 apud Martins, 1983, p.52), serem *“lavradores autônomos cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no de sua família.”* A respeito de algumas características fundamentais do modo de vida camponês, Carvalho (2005, p. 94, grifo do autor) afirma: *“Os camponeses são produtores livres de dependência pessoal direta – são “autônomos”, buscam permanência e reprodução numa mesma terra, a migração para eles é uma fatalidade.”* Nessa fala, aparece um elemento da identidade camponesa, sobre os laços familiares: *“Tudo bem aqui com a gente, mais parece que o lugar que a gente não acostuma, me criei em outro lugar, tenho vontade voltar eu gosto de lá porque, tenho pai, irmão, parente tudo lá.”* (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) Görgen (2004, p.120) diz que: *“Os laços de família são fortes componentes do modo de existir e da cultura camponesas.”* Durante as entrevistas, a relação com a família, o sustento e cuidado com cada membro foi um elemento recorrente e muito marcante: *“Era o meu sonho ter onde morar e acabar de criar meus filhos.”* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) Nessa outra fala das mulheres aparece o elemento da relação com a terra, outra característica da identidade camponesa, ao reclamarem das mudanças freqüentes e da impossibilidade de plantar uma horta, e, nela, os chás, as flores: *“Antes a gente não podia plantar mais nada, era só a roça mesmo, fazer uma horta boa não dava, nem uma criação não podia ter, pois uma hora ou outra tinha que mudar de sítio.”* (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

Estes trabalhadores, ao reagirem às condições de trabalho impostas pelo capitalismo entrando na luta pela terra, desencadeiam todo um processo de transformação, ao qual chamamos de metamorfose, passando pelo nível pessoal ou individual - do acampado ao assentado ou coletivo. Num sentido mais amplo, transformando a organização da sociedade local no que se refere à relação com a terra, com o meio ambiente, relações econômicas, culturais, etc. Nesse trabalho não será aprofundado todo esse contexto, só serão tratados ou analisados os *elementos*

e *fatores* que levaram estes trabalhadores ao processo de transformação ou metamorfose.

CAPITULO II

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS “Sem Terra”

*Acabou-se a exploração
Das famílias do lugar
Fazendeiros choram as mágoas
Sem poder se expressar
Tudo o que tirou dos pobres
Pros pobres teve de dar
Quem pos a lei no sertão
Foi a foice e o facão
Movimento popular.*

Ângelo Quintanilha

Como descrito no capítulo anterior, os sem terra são assalariados rurais bóias-frias, arrendatários, meeiros, moradores das periferias das pequenas cidades, estes últimos a maioria desempregados ou sem emprego fixo, de origem do meio rural, que deixaram essa condição, entraram na luta pela terra, estão assentados no assentamento Nossa Senhora Aparecida, são integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, membros das 235 famílias que conquistaram a terra num processo que iniciou há dez anos, em 1997 nos municípios de Nova Cantu e Ibemana, mesma região do Paraná, quando se organizaram em acampamento. No ano seguinte, 1998, ao amanhecer do domingo, primeiro de março, fizeram a ocupação da fazenda Nossa Senhora Aparecida, 5758,36 hectares, localizada no município de Mariluz. A fazenda era toda plantada em pasto e tinha sido avaliada improdutiva pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; o proprietário residente em Presidente Prudente, São Paulo, na ocasião era dono de mais 10 fazendas do mesmo porte. A princípio, se instalaram no distrito de São Luiz, localizado dentro da mesma fazenda, plantaram roça coletiva para a alimentação das famílias e manutenção do acampamento.

Nesse local viviam cerca de 60 famílias que trabalharam nos anos 80 e 90 como meeiros no plantio de algodão para o proprietário da fazenda: “Com muito

esforço, porque tinham medo do fazendeiro.” (Ângelo, entrevistado em 23.05.2007)
 Das 60 famílias, apenas 21 entraram no movimento, 14 estão assentadas atualmente e as outras acabaram desistindo.

Quase um ano depois, mudaram para a sede da mesma fazenda; em 2002 iniciou a distribuição dos lotes. Durante todo o tempo em que estiveram acampados, tiveram que continuar trabalhando como bóias-frias para sobreviver.

Tivemos que continuar trabalhando de bóia-fria enquanto estávamos acampados, enquanto não saia o lote. Quando tinha serviço a gente trabalhava, quando não tinha passava meio apurado, mas graças a Deus fome não, porque sempre tinha o feijão e o arroz.” (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

“A gente teve que trabalhar de bóia fria pra conseguir umas diárias, até vim a cesta tinha que dar uma controlada, foi muitos anos desse tipo até achar um jeito de trabalhar pra gente mesmo, aí começamos a plantar.” (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) Depois de assentados, nenhum dos entrevistados precisou trabalhar de bóia-fria; em caso de trabalho excedente ao da família, encontraram formas de ajuda entre os próprios assentados: *“Quando é pra arrancar mandioca, uns ajudam os outros, do tipo mutirão.”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *“Só uma vez que plantamos mandioca braba e tivemos que pegar gente pra ajudar, foi os companheiros aqui do assentamento, meus companheiros de roça, com uns eu trocava serviço, pra outros eu pagava.”* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007)

O assentamento trouxe uma grande mudança para o município, tanto na questão econômica, arrecadação, como na movimentação do comércio e organização. Na época da chegada do Movimento em São Luiz havia apenas oito alunos na escola local, que estava para ser fechada; hoje são 190 crianças e as salas estão sendo ampliadas. Os estudantes de quinta a oitava séries ainda têm que ir estudar na cidade, por falta de escola.

Em 2007, ano em que desenvolvi a pesquisa de campo, os assentados ainda tinham algumas dificuldades com o atraso dos créditos para plantio: *“Ainda*

não saiu recurso e isso tá dificultando o plantio.” (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) E também a falta de água em parte dos lotes.

Aqui no começo tinha falta de água, era difícil até para fazer horta, a gente puxava água nas costas lá da beira do mato quase três quilômetros de distância, foi assim por quase três anos, era pra tudo, só a roupa que era lavada lá no rio. Depois foi instalada a água, mas era pouca e vivia faltando, agora foi feito o poço então vamos poder plantar uma boa horta pra ter de tudo. (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento social, parte recente de uma longa história protagonizado pelo povo brasileiro trabalhador rural, vítima de um processo de exclusão ou de desclassificação, considerados preconceituosamente pela elite brasileira desde o início da colonização como indolentes, vagabundos, incapazes, fracos e muitos outros adjetivos desse tipo. História marcada por muita luta e sofrimento, derrotas e conquistas. São várias gerações de homens e mulheres, desde 1.500 lutando por justiça no meio rural. Luta que provocou muitas reflexões e gerou teorização de muitas experiências.

Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas. Somos herdeiros das lutas dos povos negros pela conquista da liberdade, quando fugiam e constituíam os quilombos. Somos herdeiros dos primeiros movimentos camponeses, com alguns deles se transformando em verdadeiras epopéias, como Canudos, Contestado e Caldeirão. E muitos outros, não registrados pela história oficial das classes dominantes: houve com certeza, muitas lutas nos cafezais, nos canaviais, nos engenhos e por este sertão afora. (XVII ENCONTRO ESTADUAL DO MST/PR, 2004)

O principal objetivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é organizar os pobres do campo e seus aliados para que lutem por uma sociedade com menos pobreza e com menos desigualdades, conquistando uma vida melhor. Para Caldart (2004 p. 34), “um sujeito social se constitui e se fortalece ou enfraquece em um determinado contexto, dentro de relações sociais e, no caso do formato de nossas sociedades, dentro da luta de classes.”

A melhor coisa que tem é lutar pelo que é seu, pelo seu direito, porque eu acho que isso não é uma coisa que seja pecado, a terra

Deus deixou pra cada um de nós, só basta ter coragem de lutar por seu pedaço de terra, só que antes a gente não pensava que era assim, mais é assim, hoje eu acredito que a luta é esta. (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.052007)

Guzmán (2005, p.30) afirma: “O campesinato russo possuía os elementos capazes de gerar essa dinâmica revolucionária de que a terra pertence ao povo que a trabalha”. Na realidade brasileira atual, o MST e demais movimentos que lutam pela posse da terra fazem ocupações das terras consideradas improdutivas pelo INCRA. Loera (2006, p.31) diz: “A ‘ocupação de terra’ constitui a essência do movimento.” Mas ocupação de terras também foi herdada da experiência de outras lutas realizadas na história. Para Loera (2006, p.31 apud Stédile, 1999), “a ocupação de terra não é algo novo no cenário da luta pela terra no Brasil; o que é novo é a ocupação em massa.” O MST aproveitou essa forma legítima e a incorporou como estratégia fundamental de mobilização para conseguir as desapropriações de terras.

Somos, acima de tudo, um movimento social, ou seja, uma forma particular de o povo brasileiro se organiza para lutar pelos seus direitos. Lutar para melhorar a forma da sociedade se organizar e funcionar, para que todos possam viver melhor. Somos o resultado de um processo político coletivo, social, da luta de milhares de pessoas. XVII ENCONTRO ESTADUAL DO MST/PR, 2004)

São pessoas que se identificam com essa luta por terem na sua essência uma mesma origem; é o *elemento* que provoca a identificação, mas também tem o *fator*, a *condição de opressão ou exclusão* que provoca a indignação e, conseqüentemente, a entrada na luta. Bogo (2000, p.22) afirma: “Sem Terra deixa de ser categoria social para tornar-se nome próprio quando identifica um grupo social que decidiu ser sujeito para mudar de condição social através da organização política, forjando daí sua própria identidade, com ideologias e valores.”

Para Carvalho (2005, p.77), “construir sua organização própria significa, também, a preservação da identidade, gerando a convivência com respeito e rejeitando qualquer tipo de exclusão, preconceito e discriminação”. Preservação da identidade, mas ao mesmo tempo construção de uma nova identidade coletiva que vai se fazendo no processo de convivência na busca do sonho que é individual, mas

que no caso dos excluídos da terra em estado de miserabilidade que só se torna possível na luta coletiva, quando ocorre um reconhecimento de pertença.

A liberdade é uma convivência melhor pra gente, a gente convive bem sai do sofrimento, planta tem uma criação, vive mais tranqüilo (...) No acampamento também foi muito difícil porque a gente era muito fraco de situação, mas com a ajuda de um e de outro, a gente foi levando a vida e foi melhorando. No acampamento a gente tem quem ajude a gente, sendo bóia-fria tem que se virar por conta, aí vai se lascando. (Antonio, trabalhador entrevistado, 23.05.2007)

O *elemento* da origem das pessoas de que falamos anteriormente pode ser compreendido também como elemento da *relação que se tem com a terra*, ou seja, a origem desses trabalhadores vem de uma forma de se relacionar com a terra, que dependendo de suas condições de vida, da cultura e do trabalho pode ser de diferentes tipos, como, por exemplo: na condição de assalariado rural bóia-fria, é estabelecido um tipo de relação, já como acampado e assentado, são outras condições de trabalho, outras formas de se relacionar com a terra. Dependendo da origem étnica, as relações também são diferentes. Queremos dizer que no processo metamórfico da organização coletiva da luta pela terra e na forma de relação que estabelece com ela nesse processo, o *elemento* identidade é preservado. Isso não quer dizer que não sofra mudanças, pois os sujeitos se formam e se reformam nesse processo.

Caldart (2004. p.34, grifo do autor) questiona:

O MST forma sujeitos, isso pode remeter a pensar nesse sujeito, no singular, como construído de diversos sujeitos, no plural. Aí podemos falar nos Sem Terra como sendo as mulheres Sem Terra, as crianças Sem Terra, ou os Sem Terra de origens étnicas e culturais diferentes; ou podemos falar dos Sem Terra acampados e dos Sem Terra assentados, e assim por diante... Há identidades diversas que se combinam na formação dessa identidade social mais ampla.

Bogo (2000, p.22, grifo nosso) completa: “Há uma mistura profunda entre gente, terra e ideologia, na medida em que a caminhada provoca o *encontro do ser homem com o ser terra*. São dois corpos físicos materiais que possuem

características e identidades que agora irão resgatar reciprocamente a história das duas experiências.” Todo esse processo metamórfico resulta em novos sujeitos sociais, como aparece na fala dos assentados que fizeram essa trajetória de sair da condição de assalariado rural bóia-fria e passar para a condição de assentado. “*Só saber que não precisa ficar encarando os caminhões de bóia-fria..., eu tô no paraíso, tô muito feliz, é o sonho!*” (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) “*A gente tá sossegado, pode plantar o que quiser no sítio todo. Antes não podia plantar mais nada, era só a roça mesmo, fazer uma horta boa não dava, nenhuma criação não podia ter.*” (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) “*Hoje nós contamos muito felizes por estar na terra, porque temos onde plantar e onde viver.*” (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) “*Agora planto de tudo feijão, milho, arroz, mandioca, batata doce, frutas, tenho porco, galinha...*” (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) Ao falar do trabalho de organização e formação realizada pelo MST, Caldart, (2004, p.32, grifo do autor) conclui:

Sua conquista social maior talvez seja exatamente a transformação dos desgraçados da terra em novos sujeitos sociais, tanto na sua dimensão de grupo que luta pela terra, quanto a dimensão de assentados, que passam a produzir e a organizar uma nova vida na terra que foi conquistada pela sua organização. Ser Sem Terra hoje significa mais, ou não significa o mesmo, do que ser trabalhador rural ou camponês que não possui terra para cultivar, muito embora não seja possível entender a identidade Sem Terra sem compreender sua raiz na cultura camponesa e nas questões do campo.

Concordamos quando ela diz não ser possível entender a *identidade Sem Terra* sem compreender sua raiz na cultura camponesa. Portanto, devo lembrar sobre a falta de dados oficiais, sobre a presença da categoria camponesa no território brasileiro, pelo fato dessa categoria ter sido extinta até do dicionário devido às teorias do fim do campesinato. Falar da diversidade do campesinato, suas denominações e autodenominações, de acordo com Carvalho (2005, p.68), são: “Lavradores, agricultores, camponeses, ribeirinhos, varzeiros, quilombolas, extratores, posseiros, colonos, assentados, atingidos por barragem, catadores de babaçu, castanheiros, seringueiros, pescadores, catadores de caranguejo e

catadores de siris”. Mas não existe uma teoria que dê conta das mudanças ocorridas nos traços mais comuns que definem o campesinato e suas causas.

Guzmán (2005, p. 79) coloca:

O caso do campesinato argentino resulta especificamente esclarecedor porque contempla dentro de sua história uma grande diversidade social (diferentes tipos de etnicidades pertencentes a culturas indígenas muito diversas, trabalhadores rurais, arrendatários, parceiros, pequenos proprietários, colonos com posse precária da terra, entre outros).

Retomando a discussão iniciada no capítulo anterior sobre a questão, se os trabalhadores assentados no assentamento Nossa Senhora Aparecida, em Mariluz, podem ser considerados camponeses, dissemos encontrar possibilidade de análise através da relação destes trabalhadores com a terra a partir dos elementos existentes no processo de suas trajetórias de vida em duas situações: a primeira em sua condição de assalariado rural bóia-fria, trabalhada no capítulo anterior, e a segunda em suas experiências vividas como acampados e assentados. Tentaremos, agora, e faremos, nos remetendo às respostas dos trabalhadores (as) entrevistados quando falavam sobre o que é ser assentado/camponês. Nos relatos apareceram seis elementos todos, ligados à relação deles com a terra:

Primeiro elemento: liberdade ou autonomia para escolher o que se quer plantar, espaço para plantar e casa própria para morar: *“Ser camponês é trabalhar no campo, assim espaçoso, à vontade, tenho liberdade para plantar o que eu quero, pra sair de casa e voltar à hora que quiser, pra levantar a hora que quiser, durmo muito tranquila.”* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) *“Assentado é uma vida melhor porque a gente tem como viver, é mais liberdade pra gente tem criação, tem como plantar o feijão e o arroz tem a terra, tem casa própria pra morar, já não depende dos outros como na cidade.”* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *“A gente tá sossegado pode plantar o que a gente quiser no sítio todo.”* (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.04.2007) *“A gente tem lugar próprio pra morar, tá morando no lugar da gente mesmo, já tem um lugarzinho pra plantar o feijão e o arroz, tem lugar pra ter uma criação.”* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *“Hoje nós contamos muito felizes por estar na terra, porque temos*

onde plantar e onde viver, a terra ta sobrando." (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *"A liberdade é uma convivência melhor pra gente, a gente convive bem porque sai do sofrimento, porque a gente planta tem uma criação, vive mais tranqüilo."* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007)

Segundo elemento: plantio de diversas culturas para a subsistência da família: *"Agora planto de tudo feijão, milho, arroz, mandioca, batata doce, frutas."* (Maria) *"Já plantei feijão, arroz, milho."* (Antonio) *"Aqui a gente planta feijão e já plantamos muito arroz, cansei de colher seis sete sacas de arroz."* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) Carvalho (2005, p.79-80 apud RENK, 1997, p. 27) diz que: *"A roça cabocla produzia milho, feijão, mandioca, batata, arroz. Sempre para o consumo próprio, porque não existia comércio para esses produtos nem mesmo estradas para que possibilitassem deslocar o produto para áreas de comércio mais distantes".*

Terceiro elemento: trabalho em familiar: *"A gente trabalha toda a família, passa um aradinho e vai embora, não precisa contratar ninguém."* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007). *"Usamos o trabalho da família pra tocar a roça"* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *"O serviço é da família, mais a gente paga o maquinário pra trabalhar, preparar a terra."* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007)

Quarto elemento: Criação de pequenos animais: *"Tenho porco, galinha..."* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) *"Temos animal, uma vaca, porco, galinha."* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *"Sempre tenho uns porquinhos pra despesa, galinhas, umas vaquinhas."* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *"Não ter preocupação em levantar tão cedo e quando levantar tratar as galinhas, os porquinhos, e se Deus quiser daqui uns dias tirar leite, compramos resfriador, já tá no jeito, pra quando chegar as vaquinhas..."* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007). Segundo Carvalho (2005, p.79-80 apud RENK, 1997, p. 27), *"para o caboclo as terras de criar ficavam próximas da casa. Criavam-se animais domésticos como: porcos, galinhas, cavalos, bovinos."*

Quinto elemento: plantio com menos uso de produtos químicos: *"A gente prepara um veneno assim, natural, colhido do mato, lá perto de casa, uns falam santa bárbara, outros, cinamomo, a folha dele é boa, o fumo também serve pra*

matar os insetos do feijão, das verduras, a urina da vaca serve de adubo...” (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) *“Eu plantei varias vezes feijão sem usar veneno e colhi bem, depende da época, tem uma época que da muito inseto em outra não da nada.”* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *“Às vezes não da por causa do veneno que o povo passa por aí.”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007)

Guzmán (2005: p. 81 apud GONZÁLES, 2000, p.243) diz que “a relação histórica do homem com os recursos naturais, nesse tipo de sociedade, pode ser definida da seguinte forma: “o objetivo essencial das relações sociais é a satisfação das necessidades materiais.” Já para Carvalho (2005, p.94), “o apego à terra é a marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu cuidado com seu ambiente.”

Sexto elemento: ajuda mútua em lugar de contratação de trabalho assalariado: *“Uma vez plantamos mandioca braba e tivemos que pegar gente pra ajudar, foi os companheiros aqui do assentamento, meus companheiros de roça, com uns trocava serviço, pra outros eu pagava.”* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *“Quando é pra arrancar mandioca uns ajudam os outros, do tipo mutirão.”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) Carvalho (2005, p.94, grifo do autor) coloca que “sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedade cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentesco e de vizinhança que os levam a procurar se agrupar em “*comunidade*.”

Caldart (2004, p. 33 apud FERNANDES, 1998-1999) questiona:

Os sem-terra assentados até podem ser considerados uma nova forma de campesinato, mas jamais serão os mesmos camponeses de antes. Por isso, continuam chamando-se e sendo chamados de Sem Terra, e participam do MST; porque essa é a nova identidade que, enraizada nas suas próprias tradições culturais de trabalhador da terra, recriou sua identidade porque a vinculou com uma luta social, com uma classe e com um projeto de futuro.

Além dos elementos citados anteriormente, acreditamos existirem três fatores que contribuem para que o campesinato continue se recriando. O primeiro

está no seu próprio potencial histórico de “adaptação” devido, às mudanças impostas pelo modelo de produção capitalismo. O segundo na necessidade do capitalismo em manter uma reserva de exploração de mão-de-obra especializada. O camponês sabe produzir a partir do conhecimento adquirido no contato cotidiano com a terra, e o capitalista encontra aí a possibilidade de expansão do capital através da exploração dessa mão-de-obra, seja através das famílias camponesas, como no caso das grandes empresas agrícolas que exploram o trabalho das famílias camponesas disfarçado no sistema de “integração”, ou como bem recentemente na agroindústria canavieira, através da sedução dos pequenos agricultores e assentados para arrendarem suas terras para o plantio de cana-de-açúcar para a produção de etanol. Outra forma é explorando a mão-de-obra assalariada proveniente do processo de expulsão destes camponeses da terra, algo que ocorre permanentemente no modelo econômico capitalista.

Em muitas regiões do Brasil, o aumento da produção de etanol tem causado a expulsão de camponeses de suas terras e gerado dependência da chamada “economia da cana”, onde existem somente empregos precários nos canaviais. O monopólio da terra pelos usineiros impede que outros setores econômicos se desenvolvam, gerando desemprego, estimulando a migração e a submissão de trabalhadores a condições degradantes. (AGROECOLOGIA: MITOS E IMPACTOS NA AMÉRICA LATINA. Comissão Pastoral da Terra, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, julho 2007)

O terceiro *fator* é a necessidade em manter reserva para produção de alimento, sabendo-se que quem produz comida são os produtores das pequenas propriedades que, além de produzirem para o próprio consumo, necessitam vender o excedente para se manter na propriedade, lembrando que no Brasil os pequenos e médios agricultores são responsáveis por 70% da produção de alimentos para o mercado interno. Dessa forma, as grandes empresas agrícolas capitalistas ficam livres para produzir grandes quantias de produtos agrícolas para a exportação.

Dos três *fatores* descritos acima, o primeiro foge do controle do próprio capitalismo, seria “a pedra no seu sapato”, esse fator considerado como potencial histórico de “adaptação”; a adaptação entre aspas significa não ser uma adaptação que se integra às regras impostas pelo capitalismo, mas exatamente ao contrário,

uma adaptação transgressora dessas regras, fruto do *elemento indignação* que repele as formas de opressão e injustiça usadas pelos detentores do poder no capitalismo.

Freire (1970, p.43) reflete:

Consciente ou inconscientemente, o ato de rebelião dos oprimidos, que é sempre tão ou quase tão violento quanto à violência que os cria, este ato dos oprimidos, sim, pode inaugurar o amor. O importante, por isto mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo.

Isso acontece a partir dos sujeitos que se encontram nas mesmas condições de opressão, se identificam como classe social, se organizam em movimentos de luta contra o controle feito através do sistema capitalista as classes mais pobres, não apenas pensando nas necessidades imediatas do grupo, mas para uma transformação da sociedade em geral. Estes movimentos sempre criam novas formas de reação, o que não nos cabe aprofundar aqui. Bastaria observar o processo histórico dos movimentos de luta pela terra no Brasil, como no exemplo já citado neste capítulo, para saber que a ocupação de terras não é algo novo.

Nesse sentido, encerro este capítulo apresentando alguns fatores e elementos que ajudaram a detonar o surgimento do MST.

Loera (2006, p.32-33) diz:

A primeira ocupação vitoriosa no Brasil foi feita na fazenda Macali no município de Ronda Alta no Rio grande do sul, em sete de setembro de 1979. Com aquela ocupação se conseguiu a desapropriação das terras e, como numa imagem de uma espiral ou de uma pedra jogada na água, essa ação detonou outras ocupações e contribuiu para a consolidação do MST.

As ocupações para o MST são a principal estratégia para forçar politicamente a desapropriação das terras. Mas as ocupações em massa só se tornaram estratégia principal do movimento no final da década de 80 e começo de 90. Um dos *fatores* que favoreceram essa onda de ocupações pelo MST foi o contexto histórico de democratização do país, vivido com o fim da ditadura militar

(1964-1984). Nesse contexto, o marco da Constituição de 1988 foi um incentivo para as ocupações, pois foi a partir desta data que as propriedades que não cumprem com a “função social” puderam ser desapropriadas.

No Paraná, em julho de 1981, foi criado o MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná, para reivindicar o acesso à terra perante o governo e o INCRA. O *fator* que desencadeou esta luta pelos pequenos agricultores provocando indignação e levando-os se organizarem em um movimento foi a inundação de suas terras pelo grande lago formado pela barragem de Itaipu. A primeira ação foi para conseguir indenização justa pelas terras, que estavam sendo desapropriadas. No decorrer deste processo, trabalhadores organizados, com o apoio de da Comissão Pastoral Terra (CPT), perceberam que havia muita gente sem terra em outras regiões do Estado, passando por situações de injustiça. Daí a necessidade de organizar um movimento.

Caldart (2004. p.34, grifo do autor) afirma:

Este Sem Terra, formado pela dinâmica da luta pela Reforma Agrária e do MST, pode ser entendido também como um novo sujeito sociocultural, ou seja, uma coletividade cujas ações cotidianas, ligadas a uma luta social concreta, estão produzindo elementos de um tipo de cultura que não corresponde aos padrões sociais e culturais hegemônicos na sociedade capitalista atual, e na brasileira em particular, inscrevendo-se no que poderíamos chamar de um movimento sociocultural que reflete e prepara mudanças sociais mais profundas.

4 CAPÍTULO III

PROCESSO METAMÓRFICO “fatores e elementos”

*Essa luta é do povo
E da organização
O que era só de um
Hoje é de multidão
Que isso sirva de exemplo
Para outros nossos irmãos
A terra foi Deus quem deu
Pra ninguém ele vendeu
É só repartir o pão.*

Ângelo Quintanilha

Neste capítulo serão descritos os *elementos* e *fatores* que influenciaram e motivaram os trabalhadores em suas trajetórias de vida, provocando o processo metamórfico que lhes fez passar da condição de assalariados rurais bóias-frias para a condição de assentados; para tanto, continuamos como, anteriormente, estabelecendo diálogo com a fala dos trabalhadores (as), como já foi dito, do sexo feminino e masculino atualmente assentados, mas que viveram a condição de assalariados rurais bóias-frias passando por um processo de transformação e entrando na luta pela terra.

Nos capítulos anteriores, foram trabalhados os *elementos* e *fatores* a partir de um olhar referente à identidade enquanto bóias-frias e também enquanto assentados, confrontando com a identidade camponesa. Aqui será dada maior ênfase ao processo metamórfico. Além dos depoimentos, serão descritas manifestações, expectativas, realidades de suas trajetórias, explicitadas por estes trabalhadores (as) que viveram experiências como bóias-frias, passaram por três acampamentos, sendo o primeiro em Nova Cantu, seu município de origem, o segundo no distrito de São Luiz, pertencente ao município de Mariluz, e o terceiro dentro da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, atual Assentamento Nossa Senhora

Aparecida, onde se encontram assentados atualmente. Foram cinco anos acampados, e em cada acampamento novos desafios.

De bóias-frias a acampados

Ao responderem sobre como foi o engajamento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as influências que ajudaram na decisão, o maior número de respostas foi relacionada aos elementos e fatores relacionados às condições de vida e de trabalho. Falta de qualificação profissional, falta de dinheiro ou salário baixo, falta de moradia, falta de terra para plantar, falta de perspectiva de melhora de vida, falta de trabalho ou trabalho escasso, falta de segurança no trabalho, falta de estudos ou baixa escolaridade, falta de vínculo trabalhista, falta de segurança representada pela participação em um grupo.

É muito comum ouvir, atualmente, que as más condições de vida e de trabalho em nossa sociedade estão relacionadas à falta de qualificação profissional e à baixa escolaridade dos trabalhadores, e que esta situação só pode ser resolvida através da educação, pela frequência a uma escola: *“Ser bóia-fria é ter dificuldade até pra sustentar os filhos estudando e não ter tempo pra estudar. (...) Eu e meu filho trabalhando e mesmo assim não dava mais pra sustentar os meninos estudando (...) Pude escrever um pouco depois que entrei no MST, já aprendi escrever meu nome.”* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

Ao falar sobre o sentido de educar, Mészáros (2005, p.13) afirma: “É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades.” Freire (1987, p.69) conclui: “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. O próprio Mészáros concorda com Paulo Freire ao citar a frase do filósofo e médico Paracelso, nascido em 1493, considerado (médico dos pobres). Mészáros (2005, p.53) destaca:

Nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase: “a aprendizagem é a

nossa própria vida”. Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada.

Dizendo isto, não estamos negando a importância da educação escolar, nem a necessidade de intervenção do educador no processo educativo, mas alertando para o perigo quando na escola, ou em qualquer outro espaço onde se faça educação, não se é levado em conta o contexto, a trajetória de vida e o conhecimento acumulado pelos sujeitos.

Ao iniciar o capítulo no qual serão discutidos os *elementos e fatores* que provocaram a metamorfose dos trabalhadores falando de educação, temos como intenção provocar um olhar para a educação de forma mais ampla, observando que são muitos os *elementos e fatores* ligados à conjuntura econômica e social refletidos no cotidiano da vida das pessoas considerados como externos à realidade escolar que influenciam no processo do conhecimento. Entendemos a educação como crescimento pessoal e social no sentido coletivo, transformação e mudança de atitude diante de situações de injustiça, transcendendo a condição anterior de opressão. Mészáros, (2005, p.48) conclui:

Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. Essa maneira de abordar o assunto é, de fato, tanto a esperança como a garantia de um possível êxito. Em contraste, cair na tentação dos reparos institucionais formais – “passo a passo”, como afirma a sabedoria reformista destes tempos imemoriais – significa continuar aprisionado dentro do circo vicioso institucionalmente articulado e protegido dessa lógica autocentrada do capital.

Os exemplos a seguir nos dão uma bela amostra das questões levantadas acima. Nos relatos, ao falarem das condições vividas como bóias-frias, o *sofrimento* aparece muitas vezes, explícita ou implicitamente: “É um sofrimento, a gente tem que se virar por conta e aí vai se lascando.” (Antonio, trabalhador entrevistado em

23.05.07) *“É trabalhar e chegar ao final do mês não ter dinheiro nem pra um pacote de arroz.”* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) *“Como bóia-fria eu trabalhava dia a dia embaixo de chuva ou de sol pra ter o ganho pão.”* *“Bóia-fria é isso aí, ganha cedo pra comer a noite.”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *“Bóia-fria é muito sofrido porque às vezes tem serviço, outras não, aí não se ganhar nada, então é difícil, se não tem trabalho todo o dia não tem como comer, as crianças passavam fome quando não tinha serviço, passavam apuradas...”* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.07) *“Trabalhar de bóia-fria não era fácil pra gente, mas a gente se obrigava, tinha que trabalhar.”* (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

Em suas pesquisas, Loera, (2006 p.95) diz que “no discurso dos acampados, o *sofrimento* aparece regularmente como se fosse uma condição de ganhar a terra.” No caso dos trabalhadores entrevistados, a palavra *sofrimento* vai mudando de sentido, conforme o momento e a experiência vivida por eles. Trabalho braçal penoso, remuneração que mal dá para alimentação diária, a insegurança pela falta de vínculo trabalhista e a falta de perspectiva em melhorar as condições de vida. Tudo isso influencia nas relações familiares, provocando sofrimento e revela o sentido do sofrimento para estes trabalhadores que viveram esta condição.

“Encarar até dia de chuva com água pelo meio da canela e saber que a tarde tem que voltar naquele barro novamente, porque o ganha pão é aquilo ali”. “Dormir com a preocupação de levantar quatro horas da manhã, ainda estar escuro e já estar indo com facão e mochila, tomando aquele banho de orvalho, pra não perder o caminhão com a preocupação de chegar tarde e o patrão dar a conta. A tarde subir no caminhão com medo de tombar com tanta gente.” (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

Segundo os relatos das entrevistas, para o trabalhador na condição de assalariado rural bóia-fria o *sofrimento* tem um sentido individualista e sem perspectiva de mudança. No entanto, o sofrimento torna-se um *elemento provocador* porque leva à indignação.

Em seus estudos sobre os assalariados rurais bóias-frias, D' incao reflete sobre o limite de consciência destes trabalhadores enquanto grupo, fato que dificulta

a possibilidade de organização enquanto categoria. D'incao (1976, p.143-144) afirma:

A precariedade crescente de suas condições de vida, conscientizada na permanente insatisfação com a própria instabilidade e no reconhecimento, embora mistificado, da impossibilidade de realização de sua perspectiva de futuro constituem, portanto, o limite possível da consciência do grupo.

Nesse processo, o reconhecimento da condição de explorados por parte destes trabalhadores se torna um elemento *detonador* da indignação que lhes faz ver o problema não só como um problema individual, mas como um problema social mais amplo, quando no encontro e confronto com a realidade dos trabalhadores que buscavam sair desta condição, tendo entrado na luta pela terra.

Sobre esse fato, Freire (1970, p.32, grifo do autor) diz:

O seu reconhecimento de si mesmo, como oprimidos, se encontra, contudo, prejudicado pela "imersão" em que se acham na realidade opressora. "reconhecem-se", a esse nível, contrários ao outro, não significa ainda lutar pela superação da contradição. Daí esta quase aberração: um dos pólos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com o seu contrário.

Por se perceberem contrários aos outros, o primeiro grande desafio que tiveram que enfrentar foi o *medo* do desconhecido: *"Tinha ouvido falar muitas vezes do Movimento, só que no começo a gente tinha medo, pensava um pouco."* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.0.2007) Nos depoimentos expressaram essa contradição a que o autor se referiu. Freire (1970, p.35) afirma: "Enquanto tocados pelo *medo* da liberdade, se negam a apelar a outros e a escutar o apelo que se lhes faça ou que se tenham feito a si mesmos, preferindo a gregarização á convivência autêntica". O olhar sobre si mesmo chama nossa atenção para o processo metamórfico:

No começo eu não queria ir, fiquei braba com o meu marido quando ele foi primeiro, foi lá pra ver e já veio querendo ir, aí eu não gostava, não sei, eu tinha medo! Parece assim como hoje em dia, tem muitos que tem medo dos Sem Terra, bem assim eu era! Fui um dia que ele

estava lá, já gostei e fiquei lá também até hoje tá bom! Melhor do que a gente andava.” (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

D'incao (1976, p.142) afirma: “A sujeição dos “bóias-frias”, ao trabalho destituído dos direitos legais, é devido principalmente à dispersão que se vêem condenados, pela própria natureza do seu trabalho (...) *Passei bastante dificuldade, aí os companheiros do MST me chamaram, depois que fui fiquei muito melhor, saí bem mais do sofrimento (...). Hoje a gente tem bem menos sofrimento do que tinha quando tava na cidade.*” (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) Neste caso, a afirmação de D'incao se confirma, pois mostra que os trabalhadores, ao encontrarem possibilidade de organização, se integram ao grupo, saindo do *sofrimento individual*, passando a viver um *sofrimento coletivo*, aderindo à luta pela terra ao entrarem no acampamento: “*Tinha um conhecido que já tava lá, na luta, ele foi na minha casa e falou comigo, eu topei na hora, já vi que as coisas estavam difíceis, então pensei, vamos lá pra ver se melhora.*” (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007).

Segundo Freire (1987, p.35, grifo do autor),

A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se. Vale dizer, pois, que reconhecerem-se limitados pela situação concreta de opressão, de que o falso sujeito, o falso “ser de si”, é o opressor, não significa ainda sua libertação. Como contradição do opressor, que tem neles a sua verdade, como disse Hegel, somente superam a contradição em que se acham quando o reconhecerem-se oprimidos os engaja na luta por libertar-se.

De acampados a assentados

O elemento *sofrimento* continua fazendo o papel de *provocador da indignação*, pois os desafios são ainda maiores. Os principais problemas que fizeram os trabalhadores sofrer durante o período que estavam no acampamento foi viver a família toda em baixo de um mesmo barraco, continuar trabalhando de bóia-fria e a falta de dinheiro: “*Não tinha dinheiro para comprar lona, (...) tivemos que ficar todos*

no mesmo barraco, até mesmo os filhos casados (...). Tivemos que continuar trabalhando de bóia-fria enquanto estávamos assentados.” (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) No entanto, o que ajudou a permanência no acampamento foi começar a plantar, não faltar o feijão e o arroz e a ajuda das pessoas. “Quando nós fomos para o acampamento, já começamos a plantar um pouco no coletivo.” (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) “Depois de trinta, quarenta dias já tínhamos um terreno pra plantar algumas coisas.” (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) Bogo (2000, p.31, grifo nosso) fala que “na medida em que os trabalhadores Sem Terra decidem abandonar a vida de “indigência”, despertam em si o sonho de liberdade, e passam a desenvolver e apresentar virtudes que intimidam os poderosos.”

Em seus relatos confirmam o resultado da pesquisa de Loera, pois afirmam que o *sofrimento* é diferente para o acampado, porque sofrem carregando a esperança em receber como “recompensa” a conquista do pedaço de terra que enquanto bóias-frias não se sentiam no direito sequer se sonhar ter. “Não ter esperança de comprar nem mesmo um alqueire de terra, nem uma casa pra morar.” (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) “A gente pensava em ter a terra, mas não tinha como, trabalhando braçal na diária já se sabe que nunca vai chegar à altura de conseguir um pedaço de terra, nem uma data o cara consegue comprar.” (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007)

Freire (1970, p.31) chama atenção:

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem melhor que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Liberdade a que não chegarão por acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

A experiência como assentados

Já como assentados o *sofrimento* muda de nome, se transformando em desafio para se manter na terra e dar melhores condições de vida para suas famílias. Agora, repletos de esperanças de um futuro melhor e com a certeza de que

sua luta pode ajudar a melhorar o “destino” da sociedade. O sofrimento os impulsiona para seguir lutando: *“Hoje graças a Deus nós estamos muito felizes, houve muito contratempo com a seca, a gente plantou e por dois três anos não deixou a gente colher nada, foi um fracasso barbaridade.”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) Expectativas e preocupações, em torno da família, especialmente quanto ao futuro dos filhos: *“Ainda vou se Deus quiser construir uma casa pro meu filho mais novo que desde os quatorze anos me ajudou a carregar madeira, fazer barraco, quando não era num lugar era no outro e ele não desistiu, é por isso que eu não desisto.”* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) Proporcionar oportunidade de estudo, melhorar a produção de alimento, adquirir coisas para o conforto da família. Preocupação pelo atraso dos recursos para a produção: *“Hoje nos contamos muito felizes por estar na terra, porque temos onde plantar e onde viver, a terra tá sobrando, só tá faltando um pouco de dinheiro pra gente conseguir tocar pra frente.”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *“Hoje em dia o que a gente vai adquirindo, a gente não perde.”* (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) *“O dinheiro é pouco pra gente fazer tanta coisa, põe ali, põe aqui, a seca atrapalhando e outros contra tempos..., apesar disso compramos moto e carro!”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007)

Os Sem Terra assentados em resposta à entrevista demonstram um apego à terra, um cuidado com ela ligados ao meio de subsistência, espaço de liberdade e autonomia; fonte de onde é colhido o alimento para a sobrevivência da família. Por isso, encontram dificuldade devido o uso de veneno nas lavouras do município, provocando problemas para a produção de alimento no assentamento: *“Aqui a gente planta feijão, às vezes não dá por causa do veneno que o povo passa por aí, não adianta plantar orgânico se o município aqui é só no veneno, nem adianta a gente querer!”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *“Eu plantei várias vezes feijão sem usar veneno e colhi bem, depende da época, tem uma época que dá muito inseto em outra não dá nada.”* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) Bogo (2000, p.28) complementa dizendo que: “Há memória para os camponeses nas fases da lua, em que buscam plantar as sementes nos períodos mais escuros para que germinem e não apareçam carunchos na colheita.”

Sobre o modo de produção, os relatos revelam diferença de concepção entre os entrevistados, principalmente entre mulheres e homens. As mulheres demonstraram maior preocupação quanto à qualidade de vida da família, todas falaram do desejo de ter uma horta em casa, desejo que trazem dos tempos em que eram bóias-frias: *“Agora a gente tá sossegado, pode plantar o que a gente quer no sítio todo. Antes a gente não podia nem fazer uma horta boa, não dava, nem uma criação podia ter, pois uma hora ou outra tinha que mudar.”* (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

“A gente prepara pras lavoras um produto assim, mais natural, colhido da roça mesmo, do mato, lá perto de casa a gente tem, uns falam santa bárbara, outros, cinamomo, a folha dele é boa, a gente coloca numa vasilha grande pra ferver, deixa esfriar e depois de três a quatro dias, pode usar, serve pra matar os insetos do feijão, das verduras...; o fumo também, a gente coloca de molho e passa nas verduras; a urina da vaca também serve de adubo Pra pouca lavoura da pra fazer, agora, quando a roça é grande, fica difícil.” (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

Dificuldades de adaptação longe dos familiares e do lugar de origem: *“Tenho vontade de ir embora, trocar de lote. Tudo bem aqui com a gente, mais parece que é o lugar que a gente não acostuma, me criei em outro lugar, tenho vontade voltar eu gosto de lá porque tenho pai, irmão, parente tudo lá.”* (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) O relato anterior, comparado ao seguinte, da mesma pessoa, revela algo interessante:

“Não tinha uma terra da gente mesmo, era assim, todo o ano a gente trocando, tinha que ir, se não era num sítio era em outro, trabalhando pros outros, era difícil estar mudando direto, eu não gostava se tinha que fazer uma mudança eu já ficava nervosa, perdia muita coisa com esse negócio de ficar mudando assim...” (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

No momento da entrevista, notamos que foi difícil para ela explicar por que queria trocar de lote e ir embora, pensou bastante, gaguejou e, por fim, respondeu,

mas a resposta também não foi convincente, deu a impressão de que ela mesma não sabia explicar exatamente o motivo, quando disse: *“Tudo bem aqui com a gente, mas parece que o lugar que a gente não acostuma!”* Já no outro relato, reclamou das mudanças que era obrigada a fazer quando vivia na condição de bóia-fria, dizendo que não gostava. À primeira vista parece uma contradição, todavia, em se tratando de trabalhadores que passaram por condições de vida e culturas bem diferentes é possível entender que exista conflito de identidades ou a mistura de identidades que foram e continuam sendo parte da vida destes trabalhadores. Caldart (2004. p.34, grifo do autor) diz: *“Há identidades diversas que se combinam na formação dessa identidade social mais ampla.”* As identidades não são eliminadas no processo metamórfico, pelo contrário, se tornam parte do novo homem e da nova mulher. Como tijolos de uma construção. Bogo, de forma poética, reflete sobre o sentido da cultura na vida do povo:

Difícil será arrancar as experiências e aprendizados históricos, que se fixam no conhecimento humano como sinais que não se apagam, nem mesmo com a eliminação do corpo físico específico. Os conhecimentos permanecerão por muito tempo na memória dos descendentes. A cultura, portanto, é algo concreto que move como uma força invisível no ambiente onde se produz a existência de um determinado grupo social e influi profundamente em seu comportamento.

Outra dificuldade responsável pelo sofrimento dos assentados entrevistados foi a demora na instalação de água no assentamento. Para quem não está inserido no contexto, esta situação pode parecer algo sem muita importância, mas a falta de água é um problema muito sério para quem vive a experiência, causando muito *sofrimento* e provocando desânimo. Ele pode ser inclusive um elemento de retrocesso no processo metamórfico.

“Aqui no começo tinha falta de água, era difícil até para fazer horta, a gente puxava água nas costas lá da beira do mato quase um quilômetro de distância, foi assim por quase três anos, era pra tudo, só a roupa que era lavada lá no rio. Depois foi instalada água, mais era pouca e vivia faltando, agora foi feito o poço então vamos poder

plantar uma boa horta pra ter de tudo.” (Uginilia, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

A diferença entre ser bóia-fria e assentado se manifesta mais nitidamente quando estes trabalhadores falam sobre a experiência vivida nessa última condição, estando em sua memória toda trajetória enfrentada nessa metamorfose, os desafios e os sonhos. Bogo (2000, p.27, grifo nosso) diz: “A memória representa a ponte que vem do passado e nos leva rumo à construção do futuro. É *saber pertencer-se* para poder entregar-se”. Essa memória dos trabalhadores traz à tona o sonho dos escravizados da terra de *conquistar a liberdade e a autonomia*. “*Ser bóia-fria é ser mandado, a gente não se manda quando depende de ser bóia-fria.*” (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

Sobre isso Bogo (2000, p.34, grifo nosso) afirma:

Não é fácil reconstruir-se quando já nos tiraram o material precioso que é a dignidade de ser gente. Um ser humano reconstrói-se, na medida em que acredita que dentro de si há material importante para colocar e tapar os vazios que o tempo de dominação provocou. Não é fácil ser livre quando ainda não aprendemos pronunciar a palavra liberdade.

As palavras *liberdade e autonomia* poderiam sintetizar o que os trabalhadores manifestam em suas falas. São relatos onde aparecem os elementos: *desejo e sonho* de serem produtores livres quando na condição de assalariados rurais. A alegria do sonho realizado quando na condição de assentados.

“Eu tô no paraíso, tô muito feliz, é o sonho! Às vezes fico pensando, meu Deus! Será que isso é verdade? Que isso é meu, esse terreno coisa mais linda! Tenho liberdade para plantar o que eu quero, pra sair de casa e voltar à hora que quiser, pra levantar a hora que quiser, durmo muito tranqüila.” (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

A ausência da opressão quando na condição de assentados. Da *liberdade e autonomia*, como principal expressão do ser assentado camponês.

“Assentado é uma vida melhor, porque a gente tem como viver, tem lugar próprio pra morar, tem criação, tem um lugarzinho pra plantar o feijão e o arroz, tem a terra, tem casa sem problema de luz e de água, já não depende dos outros como na cidade, tem liberdade e uma convivência melhor pra gente, a gente convive bem porque sai do sofrimento, porque a gente planta tem uma criação, vive mais tranqüilo”; (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007)

Como já citado no capítulo anterior, todos os trabalhadores que fizeram parte da pesquisa tinham antecedentes ligados à terra ou haviam sido arrendatários, filhos e netos de pequenos produtores ou então filhos de funcionários de fazendas. Este é um *elemento* importantíssimo no *processo metamórfico* feito por estes trabalhadores. Bogo (2000, p. 22) chama atenção:

Não podemos deixar de lembrar que nosso país, embora esteja completando quinhentos anos de exploração colonial e imperial, tem menos de 50 anos de vida predominantemente urbana. Antes disso a população majoritariamente vivia no campo e produzia sua existência ligada a terra. Isso possibilita falar da agricultura e tocar no imaginário ainda latente de conhecimentos produzidos pelos avós desse povo, que mesmo atualmente urbanizados, foram feitos de terra e carregam o cheiro dela para onde forem.

Esse *elemento* também os motivou para a entrada no Movimento: *“Nós vivíamos trabalhando no que era dos outros, rolando pelas pirambeiras, arando terra dos outros, aí como surgiu o Movimento Sem Terra e tinha o acampamento, isso influenciou nossa entrada pra conseguir um pedaço de terra.”* (João, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *“Disseram que depois de trinta, quarenta dias já teríamos um terreno pra plantar algumas coisas, quando falaram assim, pensei: se tem lugar pra plantar vamos arrumar um jeito de sair dessa vida de trabalhar de empregado, a gente nunca tem nada!”* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

D'incao (1976, p.144 grifo do autor) coloca:

O "bóia-fria" ora orienta a sua perspectiva de futuro para a posse da terra, ora para o trabalho fixo na cidade. Este fato aparece diretamente vinculado á sua historia de vida. Aqueles que passaram diretamente da condição de camponeses no meio rural para a de "bóia-fria" vinculam a solução do seu problema á conquista de um "sítio para tocar". Mas um sítio que seja deles. Trata-se de ex-arrendatários, sitiantes ou filhos de sitiantes.

Segundo a autora, analisando as entrevistas feitas em seu trabalho, são os que demonstram maior firmeza no desejo de se tornarem lavradores autônomos se livrando da dependência do "patrão".

Outro *elemento* recorrente nas respostas sobre a influência para a entrada no MST e para o desencadeamento de todo o processo metamórfico é relacionado à religiosidade dos entrevistados. A confiança em Deus, que segundo eles, ajudou vencer o limite do medo. Sobre este elemento chamou-nos atenção a mudança no conceito de religião no processo metamórfico dos trabalhadores.

D'incao (1976, p.137 grifo do autor) observa:

Ao nível de sua perspectiva de futuro, o "bóia-fria" afirma o sistema. Aspira engajar-se no mesmo, na condição de trabalhador assalariado, numa fábrica ou mesmo no meio rural. Ao mesmo tempo, porém, nega o sistema, visualizando a impossibilidade de realização da sua aspiração. Esta imposição estrutural aparece, entretanto, mistificada através da figura do governo ou da religião. A esperança de que o governo lhes resolva o problema ou a crença na sabedoria divina respondem, por sua vez, pela sua persistência na categoria "bóia fria".

Em geral, os trabalhadores bóias-frias vêem a religião da forma referenciada acima. Pensam que a situação em que se encontram é vontade divina. A esperança é acreditar que Deus faça um milagre e transforme suas vidas. Nos relatos das entrevistas aparece a mudança.

A melhor coisa que tem é lutar pelo que é seu, pelo seu direito, porque eu acho que isso não é uma coisa que seja pecado. A terra Deus deixou pra cada um de nós, só basta ter coragem de lutar por seu pedaço de terra, só que antes a gente não pensava que era assim, mais é assim, hoje eu acredito que a luta é esta. (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007)

No entanto, no trecho onde diz: *“porque eu acho que isso não é uma coisa que seja pecado”*, revele um sinal de preocupação ou culpa. Resquício de sua experiência vivida que ainda permanece.

Os laços de solidariedade também foi *elemento* de fundamental importância na decisão de entrar na luta pela terra, e em sua permanência na terra, tanto se tratando dos laços de família, parentesco: *“Quando falei em ir para o acampamento, os filhos foram prontos em aceitar e não tivemos medo.”* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) *“Quando os companheiros chamaram, conversei com a mulher e ela topou rápido porque viu que as coisas não eram fáceis, do jeito que tava todo mundo via que não dava.”* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) Assim como de vizinhança, amizade e companheirismo: *“Não tinha dinheiro para comprar lona, recebemos ajuda de um vizinho.”* (Maria, trabalhadora entrevistada em 23.05.2007) *“Lá no acampamento tinha quem ajudasse a gente, sendo bóia-fria a gente tinha que se virar por conta.”* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) *“Usamos o trabalho da família pra tocar a roça, só uma vez que plantamos mandioca braba e tivemos que pegar gente pra ajudar, foram os companheiros do assentamento, meus companheiros de roça.”* (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) A ajuda mútua se traduz no que chamamos de *“amorosidade coletiva”*, dando segurança para permanecerem na luta.

Bogo (2000, p.36, grifo nosso) diz: *“Descobrimos também nessa caminhada a importância da ‘mão amiga’ que nos arrasta para o futuro, e neste espaço vamos trançando experiências, conhecimentos, comportamentos, idéias, virtudes, enfim vamos construindo uma verdadeira interação”*. Todos se tornam companheiros, mas para, além disto, compartilham o sonho coletivo de transformação do modelo de sociedade.

Mecanização, fator detonador da crise

A mecanização da colheita de algodão provocou a escassez de trabalho para os assalariados rurais bóias-frias, que sem outra qualificação profissional nem estudo, vivendo em uma região onde não havia muita opção de trabalho a não ser o monocultivo do algodão e da soja, acabaram sem saída: *“Trabalhava na diária na limpa de soja e algodão, depois foi acabando, foram chegando às máquinas de colher algodão e aí o serviço que tinha pra nós acabou.”*. (Antonio, trabalhador entrevistado em 23.05.2007) Entendemos que esta situação foi o *fator detonador da crise* que provocou o início do processo de metamorfose destes trabalhadores.

D'incao (1976, p.131) conclui:

Uma vez que a luta política de Classes é o resultado da organização política dos indivíduos, a partir dos reflexos da superestrutura, da contradição ocorrida ao nível da infra-estrutura, a consciência negadora do sistema, entendida como o mais elevado nível de consciência da práxis, ou como “consciência histórica”, tem papel determinante na práxis transformadora ou revolucionária. Essa consciência, entretanto, só pode ser entendida como consciência de classe e só tem condições de plena manifestação em situação de crise.

Portanto, compreendemos que a crise teve um papel fundamental na tomada de decisão destes trabalhadores. Ela continuou ocorrendo com mais ou menos intensidade em outros momentos, tanto no período em que se encontravam nos acampamentos quanto ultimamente, no período em que se encontram assentados, provocando a continuidade do processo metamórfico. A persistência destes trabalhadores no Movimento mostra comprometimento com a transformação social e deve ser entendida como o desenvolvimento da consciência de classe no processo metamórfico destes trabalhadores.

5 A MORFOSE NÃO ATINGIU A META

Morfose é a ação ou o ato de tomar forma. *Meta*, o objetivo, o ideal, o ponto de chegada, altas ambições que se quer alcançar. Portanto, *metamorfose* significa o ato de tomar forma, tendo como ponto de chegada às aspirações relativas ao futuro que se quer alcançar.

Se nos remetermos ao último capítulo deste estudo, veremos que ainda são muitos os problemas a serem resolvidos, os desafios que enfrentam e os sonhos que alimentam, tanto no sentido individual quanto coletivo para que alcancem o objetivo, as altas ambições que desejavam alcançar. A partir do momento em que entraram na luta pela terra, aderiram à luta pela mudança do modelo econômico atual, responsável pelas diferenças sociais e pelo *sofrimento* que continua atormentando suas vidas mesmo depois de assentados. Portanto, a *metamorfose* não acabou, ela continua.

Assim sendo, não é possível concluir. Até porque, o objetivo desse trabalho não aponta para este sentido, mas somente para identificação dos *elementos e fatores* que levaram os assalariados rurais bóias-frias a entrarem na luta pela terra.

Nas entrevistas todos trabalhadores afirmaram que o motivo principal da entrada na luta pela terra foi a necessidade de sobrevivência.

Com o problema investigado, tivemos o propósito de melhor compreender as questões que envolvem a vida e a realidade destes trabalhadores, principalmente no que se refere à decisão em torno da busca por melhores condições de vida na volta à terra, para melhor intervenção nos trabalhos junto aos assalariados rurais bóias-frias, sabendo-se que entre estes trabalhadores existem contingentes com potencial de volta à terra.

A conquista da terra pelos trabalhadores diminui o excesso de oferta da mão-de-obra assalariada rural, além de diminuir a concentração da terra, em consequência, diminuindo a exploração dos trabalhadores e todo grave problema social gerado nesse contexto. Entendemos que o processo metamórfico dos trabalhadores que fizeram parte desta pesquisa contribuiu e deve continuar contribuindo, para que junto a milhares de outros ajudem a fazer a revolução. Bogo

(2000, p.50), tratando sobre o assunto, diz que “a revolução se realiza para resolver as diferenças entre as classes e reverter seu padrão de funcionamento. No fundo, é fazer a maioria voltar-se contra a minoria para buscar atender as necessidades de todos, sem privilégios”. Nesse sentido, acreditamos que esta pesquisa possa provocar outros pesquisadores para este olhar, contribuindo no processo revolucionário. Ligada a essa questão, outra questão estudada foi em relação à identidade destes trabalhadores, se eles poderiam ser considerados camponeses.

No primeiro e segundo capítulos, ao se estudar sobre a identidade dos assalariados rurais bóias-frias e dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acampados e assentados, estabelecendo diálogo entre os relatos dos trabalhadores e as teorias relacionadas, entendemos que os bóias-frias não poderiam ser considerados camponeses por não serem produtores livres e autônomos, pois a sua condição de assalariados não permitia incluí-los no conceito de camponês construído ao longo da história. No entanto, a influência da cultura camponesa foi unânime nos relatos, pois todos os trabalhadores entrevistados tinham antecedentes ligados à terra por serem remanescentes do êxodo rural.

No caso dos acampados e assentados também foram vários os elementos e fatores que os identificaram como camponeses. Compreendemos, então, que eles podem ser considerados camponeses na medida em que suas características principais estão em acordo com o conceito de camponês. Entretanto, não se encaixam nos moldes do conceito de camponês do passado. Nas suas trajetórias de vida foram incorporadas experiências culturais diferentes ligadas à vida de trabalhadores migrantes. Essas identidades combinadas forjaram um novo camponês; além disso, diferente, pelo fato de que se “[...] vinculou com uma luta social, com uma classe e com um projeto de futuro.” (CALDART, 2004, p. 33 apud FERNANDES, 1998-1999), consequência do processo metamórfico.

Entre os vários elementos e fatores identificados nessa pesquisa, os que mais se destacaram segundo os depoimentos dos trabalhadores, no sentido provocador na decisão da entrada no Movimento, foram dois:

- o primeiro, consideramos um *fator*, por estar relacionado à objetividade, ou seja, ser externo ao sujeito. Esse fator foi a mecanização da colheita de algodão provocando a escassez de trabalho, levando-os a uma situação de miséria

insustentável, provocando muito sofrimento. Consideramos este o fator detonador da crise;

- o segundo, os laços de solidariedade, tanto em se tratando dos laços de família, parentesco, quanto de vizinhança, amizade e companheirismo. Nesse caso, consideramos um elemento, por ter relação com a subjetividade, por estar intrínseco aos sujeitos. Carvalho (2005, p.94, grifo do autor) completa dizendo: "Sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedade cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida". A transformação partiu das relações sociais de produção, passando pelo objetivo e subjetivo dos indivíduos. D'Incao (1976, p.129) reflete: "É fácil concluir sobre a necessidade do processo cognoscitivo da realidade social, atuar tanto no nível 'material' como no do 'espiritual', a fim de que seja garantido o seu caráter de totalidade". Denominamos este elemento de "amorosidade coletiva". É o elemento que dá segurança e coragem aos trabalhadores para entrarem e continuarem na luta, vencendo o sofrimento.

A conjuntura onde foi realizada a pesquisa pode ser comparada ao contexto mais recente onde estão inseridos os assalariados rurais bóias-frias ligados aos monocultivos, principalmente da cana-de-açúcar a nível nacional, permitindo certa generalização.

Apesar da quantidade e riqueza dos elementos e fatores levantados nessa pesquisa frutos da experiência de vida destes trabalhadores e trabalhadoras, isso não é suficientes para compreensão da diversidade de situações existentes no Brasil. Para compreender esse processo numa realidade mais ampla, a nível nacional, seria necessário pesquisar as diferentes realidades nas várias regiões do país com os mais diversos grupos de trabalhadores que compõem esse imenso território, levando em conta as situações concretas dos sujeitos, como se pretendida nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGROECOLOGIA: MITOS E IMPACTOS NA AMÉRICA LATINA. Comissão Pastoral da Terra, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, julho 2007.

ALVES, Francisco. **Por que morrem os cortadores de cana?** Disponível em: <<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=379&eid=126>> Acesso em: 23 de mar, 2007.

BASSEGIO, Luiz. **Não basta reclamar os direitos.** *Correio da Cidadania*, São Paulo, ed. 541, 14 mar. 2007.

BOGO, Ademar. **O MST e a Cultura.** Caderno de formação n° 34, 2000.

BROIETTI, Marcos Henrique. **Os Assalariados Rurais Temporários da Cana.** São Caetano: King Graf, Plano Editorial, 2003.

CALDART, Roseli. **Educação em Movimento:** formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997. Escola é mais do que escola na Pedagogia do MST.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do movimento Sem Terra.** 4 ed. São Paulo: Editora Expressão popular, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no século XII:** Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Secretaria Nacional. **II conferência sobre trabalho escravo e superexploração:** carta reivindicatória. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1693&eid=165>>. Acesso em: 19 de mar. 2007.

D'INCAO, Maria Conceição. **O bóia-fria:** Acumulação e miséria. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo. **A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

GONÇALVES, Carlos. **Consenso do clima, uma outra perspectiva**. Folha de São Paulo. Disponível em: < http://www.bresserpereira.org.br/ver_file.asp?id=2273 > Acesso em: 19 de mar, 2007.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa**. 2 ed. 2004.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NOVAES, José R; ALVES, Francisco. **Migrantes Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2007.

OLIVEIRA, Jelson. **O Paraná e a cana-de-açúcar**. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.cpt.org.br/?system=news&action=read&id=379&eid=126>> Acesso em: 23 de mar, 2007.

POLI, Odilon Luiz. **Aprendendo a andar com as próprias pernas: O processo de mobilização nos movimentos sócias do Oeste Catarinense**. Campinas: Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, 1995.

QUINTANILIA, Ângelo. **Chegada em Mariluz**. Mariluz. 1997. Poesia feita em comemoração à chegada do MST em Mariluz.

Revista Nova Escola On-line disponível em <http://www.novaescola.com.br>. **As diversas faces da escola**. São Paulo, 16set. 2003. Paola gentile.

SADER, Emir. **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes (2006). **Morte dos “severinos” nos canaviais paulistas**, in Conflitos no campo em 2005. Goiânia, CPT, Gráfica e Editora América.

SILVA, A imagem de 2006. **Boletim da Pastoral do Migrante**: Diocese de Jaboticabal, São Paulo: Edição especial, ano 20, N° 121, 2006.

XVII ENCOTRO ESTADUAL DO MST/PR, 2004, Paraná.